

<http://doi.org/10.47369/eidea-25-1-4587>

Recebido em: 08/01/2025

Aprovado em: 24/03/2025



Um estudo da dimensão argumentativa em narrativas de tesouro enterrado de comunidades quilombolas do Baixo Tocantins

Thaynara Thais Ferreira Paixão

Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-7363-8406>**Emanuel da Silva Fontel**

Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-7805-6464>**Benedita do Socorro Pinto Borges**

Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-8188-9563>

O presente trabalho pretende situar a narrativa de enterro como um discurso constituído de uma dimensão argumentativa. Os discursos que apresentam essa dimensão como característica, apesar de não possuírem a intenção explícita de convencer, acabam modificando modos de ver/sentir ou levando à reflexão (Amossy, 2020). As narrativas de enterro são histórias contadas oralmente dentro de uma comunidade e contam a saga de uma pessoa escolhida para buscar um tesouro revelado por uma força sobrenatural (Fernandes, 2007). O corpus analisado, coletado por Borges (2023), foi estudado à luz da Teoria da Argumentação no Discurso (Amossy, 2020). Os procedimentos de análise consistiram em investigar quais estratégias o narrador mobilizava para conferir credibilidade à sua história. Essas análises permitiram demonstrar que as narrativas de enterro possuem uma dimensão argumentativa, caracterizada com base nos recursos mobilizados pelo narrador para modificar o estado de crença do ouvinte, sem necessariamente solicitar sua adesão a uma tese.

Palavras-chave: Argumentação no Discurso. Dimensão argumentativa. Narrativa de enterro. Quilombola.

Un estudio de la dimensión argumentativa en las narraciones de tesoro enterrado de las comunidades Quilombolas de la región del Baixo Tocantins

El presente artículo tiene como objetivo situar el relato de entierro como un discurso compuesto por una dimensión argumentativa. Los discursos que presentan esa dimensión como característica, aunque no tengan la intención explícita de convencer, acaban modificando formas de ver/sentir o también se lleva a cabo una reflexión (Amossy, 2020). Así los relatos de entierros son historias contadas oralmente dentro de una comunidad y narran la saga de una persona elegida para buscar un tesoro revelado por una fuerza sobrenatural (Fernandes, 2007). El corpus analizado, recogido por Borges (2023), fue estudiado a la luz de la Teoría de la Argumentación en el Discurso (Amossy, 2020). Los procedimientos de análisis consistieron en investigar qué estrategias movilizaban el narrador para dar credibilidad a su relato. Por lo tanto, estos análisis mostraron que las narraciones de entierros tienen una dimensión argumentativa, caracterizada por los recursos movilizadas por el narrador para cambiar el estado de creencias del oyente, sin pedirle necesariamente que se adhiera a una tesis.

Palabras clave: Argumentación en el discurso. Dimensión argumentativa. Relato de entierro. Quilombola.

A study of the argumentative dimension in narratives of buried treasure of Quilombola communities in Baixo Tocantins

The present work aims to situate the burial narrative as a discourse made up of an argumentative dimension. The discourses that present this dimension as characteristic, despite not having the explicit intention of convincing, end up modifying ways of seeing/feeling or leading to reflection (Amossy, 2020). Thus, burial narratives are stories told orally within a community in which tell the saga of a person who is chosen to search for a treasure revealed by a supernatural force (Fernandes, 2007). The corpus analyzed, collected by Borges (2023), was studied in the light of the Theory of Argumentation in Discourse (Amossy, 2020). In the meantime, the analysis procedures consisted of investigating which strategies the narrator used to lend credibility to his story. These analyses have shown that burial narratives have an argumentative dimension, characterized by the resources mobilized by the narrator to modify the listener's state of belief, without necessarily asking them to adhere to a thesis.

Keywords: Argumentation in Discourse. Argumentative dimension. Burial narrative. Quilombola.

1 Introdução

O presente trabalho, com base em uma interface que alia aspectos sociolinguísticos e discursivos, tem como objetivo geral demonstrar que o gênero narrativa de enterro¹ possui uma dimensão argumentativa. Amossy (2020) defende que não há uma dicotomia entre discursos argumentativos e não argumentativos, mas sim um *continuum*, no qual, em um dos extremos, ocorrem, com base nas demandas de um determinado gênero, estratégias que denunciam embates diretos entre teses contrárias e, no outro, gêneros que não exigem a presença de tais estratégias, isto é, de recursos que expressem finalidade explícita do enunciador de levar o enunciatário a aderir a uma tese. Desse modo, apesar de os discursos que se constituem mais no nível de uma dimensão argumentativa não apresentarem um objetivo programático de convencer ou persuadir, eles conseguem adicionar outros modos de ver, pontos de vista etc. Em resumo, segundo Amossy (2020), discursos nos quais o enunciador, explicitamente, visa a persuadir ou convencer o enunciatário possuem uma visada/orientação argumentativa; já os discursos em que não há, primordialmente, a intenção de persuadir, mas, de alguma forma, influenciam o enunciatário, possuem uma dimensão argumentativa.

As narrativas de enterro são histórias contadas e repassadas oralmente dentro de uma comunidade e têm, como enredo geral, “o resgate de um tesouro encantado que, por meio de uma força sobrenatural, revela-se a um escolhido” (Fernandes,

¹ A palavra “enterro” será empregada neste trabalho sempre com o sentido de “tesouro enterrado”.

2007, p. 230). As narrativas aqui analisadas pertencem ao *corpus* do estudo de Borges (2023) e são provenientes de oito comunidades quilombolas do Baixo Tocantins, no Estado do Pará: Bom Fim, Frade, Itabatinga, Itapocu, Laguinho, Mola, Taxizal e Tomázia. Parte dele foi apresentada e discutida em Paixão, Borges e Cruz (2020) e Borges *et al.* (2020) e retomada aqui.

Além de Fernandes (2007), Pinto (2011) e Amossy (2020, 2016), também fundamentamos os conceitos apresentados ao longo deste trabalho nos estudos de Fiorin (2018), Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) e Plantin (2008).

2 O gênero narrativa de enterro e a origem das comunidades quilombolas do Baixo Tocantins

As narrativas de enterro caracterizam-se como uma narrativa oral cujo tema central é a saga de uma pessoa em busca de um tesouro encantado, o qual foi revelado por meio de uma força sobrenatural (Fernandes, 2007). O pioneiro nos estudos sobre o tema foi Fernandes (2007), que coletou e registrou várias narrativas orais no pantanal sul-mato-grossense, entre elas, as narrativas de enterro. O nome *enterro* foi dado pelos pantaneiros, pois geralmente o tesouro perdido está escondido debaixo da terra, o que também simboliza a relação do narrador com o quilombo, haja vista que parte significativa dos quilombolas tem como profissão a agricultura.

Apesar de fazerem parte do mesmo gênero discursivo e dividirem a mesma estrutura formal – o que foi comprovado no estudo de Paixão, Borges e Cruz (2020) – as narrativas de enterro coletadas no pantanal e as narrativas de enterro coletadas em comunidades quilombolas são diferentes no que se referem ao conteúdo das histórias. Isso pode ser explicado devido às diferenças históricas e sociais de seu contexto de produção.

O ponto comum entre as duas é que a ausência de bancos para depósito do dinheiro justificava o enterro, porém, cada uma dessas narrativas apresenta motivações diferentes para que esse enterro acontecesse. Segundo Fernandes (2007), nas narrativas de enterro pantaneiras são citados fatos históricos locais, como a Guerra do Paraguai; algumas fazem menção à época das missões.

No caso das comunidades quilombolas, é fato que foram construídas por meio de um processo histórico-social iniciado no tempo da escravidão. Hodiernamente,

essas comunidades tentam manter sua identidade e culturas preservadas. As memórias desse passado não deixam de aparecer nas narrativas coletadas nas comunidades quilombolas do Baixo Tocantins, como uma comprovação da origem dos enterros, como se pode notar na narrativa 04², a seguir.

[...] a gente vê só notícia que é **esse mola aí foi o esconderijo de uma turma de escravo, que vieram praí pro mola se esconder da escravatura** (Borges, 2023).

Podemos afirmar que o gênero discursivo em estudo pode ser definido, de forma geral, como uma narrativa em que um tesouro enterrado é revelado a uma pessoa por meio de acontecimentos sobrenaturais. Contudo, a cultura, as crenças e os fatos históricos da localidade na qual são enunciados, aliados à consciência linguística do narrador, permitem que as narrativas de enterro possuam uma diversidade de significados.

O estudo de Fernandes (2007) classificou as narrativas de enterro em quatro categorias, considerando a variação de significados³: o protoconto, a explicativa, a descritiva e o logro. Essa estrutura encontra-se detalhada e analisada em Paixão, Borges e Cruz (2020), razão por que, no presente estudo, não voltaremos ao tema e damos maior destaque à origem das comunidades quilombolas no Baixo Tocantins.

Segundo Pinto (2011), durante o século XVIII, a escravização e o tráfico de pessoas negras expandiram-se na Região Amazônica, em razão do avanço do processo de colonização. Os homens e mulheres escravizados, chamados “peças africanas”, eram designados ao trabalho da lavoura de produtos de exportação, como cana-de-açúcar, tabaco, arroz, algodão e cacau. O negro e o indígena foram componentes centrais da escravização na Amazônia, constituindo uma significativa presença nos âmbitos econômico, social e cultural.

Ainda de acordo com a autora, a região do Baixo Tocantins era muito atrativa para os escravizados, haja vista que, na região, principalmente na localidade de Cametá, já existiam alguns movimentos contra o regime escravista, que continuaram após a adesão do Pará à Independência e fundiram-se ao movimento Cabano.

O quilombo do Mola ou Itapocu, formado na segunda metade do século XVIII, no distrito de Juaba, foi um dos mais importantes pontos de resistência negra da

² As narrativas pertencentes ao *corpus* deste trabalho estão enumeradas de 1 a 20, conforme o Quadro 1

³ “Significado”, em termos gerais, são as quatro variações que a narrativa de enterro pode apresentar, de acordo com Fernandes (2007): protoconto, logro, descritiva e explicativa.

região do Tocantins. Segundo Pinto (2001), viveram, no Mola ou Itapocu, por vários anos, mais de 300 negros liderados por Maria Felipa Aranha e, posteriormente, por sua sucessora, Maria Luiza Piriá ou Pirisá.

A localização geográfica do quilombo era extremamente importante para garantir a sua sobrevivência e autonomia, a manutenção da economia e a proteção populacional contra os ataques inimigos. Sendo assim, a maioria das comunidades se estabelecia em regiões que não eram completamente afastadas das áreas de cultivo e dos centros comerciais, a fim de “possibilitar as trocas mercantis entre quilombolas, escravos e taberneiros” (Pinto, 2001, p. 337).

Após algum tempo da fundação dos quilombos, a necessidade de defesa, o crescimento demográfico e a ameaça de reescravização faziam surgir outros redutos de quilombolas. O quilombo do Mola ou Itapocu e outros das regiões vizinhas – como o quilombo de Icatu, no município de Mocajuba, e o quilombo do Paxibal, no município de Baião – serviram de referência para a criação de outros miniquilombos na região. Dentre esses, constavam, segundo Pinto (2001), Porto Alegre, Boa Esperança, Laguinho e Tomásia⁴.

Dentro dos quilombos, tentava-se viver, mesmo dadas as circunstâncias, uma vida comum, com festas, plantios, colheitas, pesca, caça etc. Conforme descreve Pinto (2001, p. 340), embasada nos relatos de antigos moradores dessas comunidades quilombolas, as festas realizadas antigamente nos quilombos – algumas ainda continuam sendo tradição na região – eram “ritmadas pelo samba do cacete ou siriá, banguê, dança do bambaê do rosário, dança do marierrê”, além de ser promovida a veneração de imagens como Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora da Conceição, Virgem Maria, São Benedito e Trindade dos Inocentes.

A autora declara que a memória sobre a escravização e os quilombos da região ainda sobrevive, atualmente, nas histórias de vida dos moradores mais velhos, mesmo que essas lembranças sejam “meio confusas, demoradas, obscurecidas, imagens que o tempo se encarregou de guardar como se estivessem em um filme preto e branco semidestruído” (Pinto, 2001, p. 338). Dentro desse contexto, temos um segmento da entrevista com o informante da narrativa 11:

/.../ a mãe da minha vó' foi escrava' era africana' e ela contava muitas história pra gente do/ do que a velha mãe dela passava na vida né" (++) ela foi escrava' veio

⁴ Percebemos que a grafia se alterna entre “Tomásia” e “Tomázia” de acordo com os documentos estudados.

fugida' eles corriam' quando jogavam o o moteiro era um foguete que eles soltava' e quando o barulho era BEI::: eles saíam correndo' (++) aí pegando mato e se escondendo' e muitas coisa ela contava pra gente' (++) aí inclusive que esse mola aqui' (+) era um do/ dos fugido dos que primeiro pra onde eles foram se escapulindo né" /.../ (Borges, 2023).

Percebemos que essas memórias da época dos quilombos são reativadas quando os informantes que contribuíram para a constituição do *corpus* do presente trabalho contam as narrativas de enterro, indicando que esse gênero discursivo contribui para preservação da memória sobre a origem das comunidades.

Em 02 de julho de 2013, o Governo do Estado do Pará, por meio do Instituto de Terras do Pará (ITERPA), expediu o título de domínio coletivo para oito comunidades remanescentes de quilombos localizadas dentro dos municípios de Cametá e Mocajuba, no Distrito de Juaba (figura 1): Tomázia, Taxizal, Itapocu, Mola, Bom Fim, Frade, Laguinho, e Itabatinga Médio. A reunião dessas comunidades é chamada Terra da Liberdade. O título foi expedido em nome da Associação de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas Terra da Liberdade, por meio do processo nº 2010/23102.

A seguir, discorreremos sobre os conceitos de argumentação, fundamentando-nos em autores que estudam a temática. Além disso, apresentaremos a noção de dimensão argumentativa e sua relação com as narrativas de enterro.

3 Argumentação

No processo de adaptação da vida em sociedade, o ser humano obteve vários aprendizados para garantir a sobrevivência, um deles foi o de que o uso da força não era suficiente para conquistar todos os seus objetivos. Assim, usar a palavra de forma persuasiva para conseguir convencer tornou-se uma necessidade imperiosa. Dessa forma, podemos afirmar que “o aparecimento da argumentação está ligado à vida em sociedade” (Fiorin, 2018, p. 9).

A argumentação já era estudada dentro da disciplina intitulada Retórica, “cuja invenção é atribuída a Córax” no século V a.C. e pode ser definida como “a arte de persuadir” (Amossy, 2020, p. 16). Entre os anos 329 e 323 a.C, Aristóteles redigiu a sua Retórica, na qual conceitua e formaliza a retórica clássica, revisitada atualmente pelos estudos sobre Argumentação no âmbito da Análise do discurso (AD), entre

outros setores que se preocupam com procedimentos retóricos e argumentativos na linguagem.

Ao estudar sobre a argumentação, é comum encontrar referências à retórica. Sobre isso, Gauthier e Breton (2001, p. 15) afirmam que em algumas teorias, argumentação e retórica são tratadas como sinônimos, podendo ser usadas de forma intercambiável. Em outras, a retórica é ausente para evitar a ideia de que a argumentação se resume a técnicas de expressão. Além disso, há teorias em que os dois conceitos coexistem de maneira variável.

Na concepção de Aristóteles, “a retórica aparece como a palavra destinada a um auditório que ela tenta influenciar, submetendo-lhe posições suscetíveis de lhe parecerem razoáveis” (Amossy, 2020, p. 18). Ou seja, a retórica está presente em todas as situações em que é preciso tomar decisões, adotar opiniões, sem se basear em verdades absolutas inalcançáveis, mas levando em consideração o que é plausível.

Aquilo que é próprio dos assuntos humanos raramente é da ordem da verdade demonstrável ou demonstrada. [...]. O verossímil e o opinável constituem o princípio da força retórica, pois permitem raciocinar e comunicar em função de normas de racionalidade nos inúmeros domínios em que a verdade absoluta não pode ser garantida (Amossy, 2020, p. 16-17).

De acordo com a retórica aristotélica, havia três gêneros retóricos (ou oratórios), determinados por seus ouvintes: o deliberativo, o judiciário e o epidítico. O discurso deliberativo (ou político) era destinado ao aconselhamento sobre tomadas de decisão particulares ou públicas. O discurso judiciário (ou forense) tinha como objetivo acusar ou defender, baseando-se em valores de justiça e injustiça. O epidítico, ou discurso demonstrativo, era anunciado durante cerimônias com o intuito de louvar ou censurar alguém.

Sobre a retórica clássica, Amossy (2020) explica:

Em resumo, pode-se dizer que, para a retórica clássica, a palavra tem uma força que se exerce nas trocas verbais, no decorrer das quais os homens dotados de razão podem, por meio de vias não coercitivas, levar seus semelhantes a compartilhar de suas perspectivas, fundamentando-se no que lhes parece ser plausível e razoável de crer e fazer (Amossy, 2018, p. 17).

Na retórica clássica, também se estudavam as “provas inerentes ao discurso” (Amossy, 2020, p. 18), as quais se apresentam de três formas: 1) no caráter moral do

orador; 2) na disposição do auditório; 3) no próprio discurso. Ou seja, considerava-se que, na construção de um discurso destinado a convencer ou comover, havia três elementos fundamentais: o enunciador, o enunciatário e o discurso propriamente dito.

No ato discursivo, o enunciador constrói uma imagem de si, a qual, quando consegue passar credibilidade ao enunciatário, contribui com o objetivo do seu discurso; de forma contrária, quando o enunciador projeta uma imagem que não transmite ao enunciatário confiabilidade, as chances de alcançar o seu objetivo diminuem. Essa imagem é chamada de *ethos* do enunciador. A representação do enunciador pode ou não ser construída de forma intencional:

Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Para tanto, não é necessário que o locutor faça seu autorretrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa. Assim, deliberadamente ou não, o locutor efetua em seu discurso uma apresentação de si (Amossy, 2016, p. 9)

Dessa forma, podemos dizer que ao enunciar, mesmo que não seja de forma sincera, o enunciador concede atributos a si mesmo. Ou seja, a maneira como o enunciador escolhe proferir seu discurso induz à produção de uma imagem por parte do enunciatário. Essa imagem é chamada, por Amossy (2020), de *ethos* discursivo. Segundo a autora, o enunciatário pode projetar uma imagem do enunciador antes mesmo de este tomar a palavra; essa representação é chamada de *ethos* prévio ou imagem prévia. O *ethos* “é tributário de um imaginário social”, dessa maneira, consideramos a imagem prévia tendo em vista a categoria social, profissional, étnica etc. do enunciador (Amossy, 2020, p. 92). O *ethos* discursivo pode se basear na imagem preexistente quando ela for favorável ao objetivo do discurso. Quando o *ethos* prévio não condiz com a imagem que o enunciador deseja que o enunciatário faça dele, há uma tentativa de modificá-lo ou escondê-lo por meio do discurso.

A reação emocional do enunciatário, ou seja, a sua disposição diante do discurso é o que se denomina *pathos*. Amossy (2020, p. 18) afirma que o *pathos* é a “emoção que o orador busca suscitar em seu auditório, pois é importante tanto comover quanto convencer, caso se queira conseguir a adesão e modelar comportamentos”. Para tal, faz-se necessário conhecer seu ouvinte/auditório, ter

conhecimento de seus costumes, das razões que os comovam, e utilizar esse conhecimento, por meio da palavra, para alcançar o estado de espírito desejado.

Da mesma maneira que o ouvinte cria uma imagem do enunciador, este também o faz, projetando uma imagem do seu auditório. Essa imagem é construída quando se vincula o outro a uma categoria social, política, étnica, entre outras. Tais projeções consistem em “representações sociais” ou “estereótipos” e são, por definição, dóxicos. Tudo isso é levado em conta no momento da enunciação.

Sendo assim, o *ethos* e o *pathos* são fatores diretamente ligados ao enunciador e ao enunciatário, respectivamente. Estão inseridos em uma área afetiva, das “paixões”, ou seja, agem para comover. De maneira diferente, segundo Amossy (2020), o *logos*, que pode ser entendido como discurso e razão, encontra-se na esfera racional, utilizando-se de argumentos que sejam plausíveis, os quais confirmam verdade à fala do enunciador diante do enunciatário.

O *logos* apoia-se em duas operações: o entimema e o exemplo. O primeiro é considerado um silogismo truncado e deriva da dedução, é próprio dos discursos que respeitam o princípio da economia (Plantin, 2008), haja vista que não expõe uma premissa considerada conhecida pelo público. Segundo Plantin (2008, p. 51), “em grego antigo, entimema significa ideia, pensamento. Este sentido permanece vivo em toda a retórica antiga”.

Para efeito de explicação, de acordo com Amossy (2020), o silogismo pode ser definido, de maneira ampla, como todo raciocínio dedutivo, sendo constituído de duas premissas – *premissa maior* e *premissa menor* – e de uma conclusão. Conforme explica Fiorin (2018, p. 17), Aristóteles dividia os raciocínios entre necessários e preferíveis (ou prováveis).

O raciocínio necessário é “aquele cuja conclusão decorre necessariamente das premissas colocadas, ou seja, sendo verdadeiras as premissas, a conclusão não pode não ser válida” (Fiorin, 2018, p. 17). Para Aristóteles, o tipo perfeito de raciocínio necessário era o silogismo demonstrativo. Podemos utilizar como exemplo o silogismo já conhecido: “Todos os homens são mortais” (premissa maior); “Sócrates é um homem” (premissa menor); “Logo, Sócrates é mortal” (conclusão) (Amossy, 2020, p. 139).

Os raciocínios preferíveis são “aqueles cuja conclusão é possível, provável, plausível, mas não necessariamente verdadeira, porque as premissas sobre as quais

ela se assenta não são logicamente verdadeiras” (Fiorin, 2018, p. 18). Um exemplo desse tipo de raciocínio é o silogismo dialético ou retórico. Emprestamos o exemplo utilizado pelo autor: “Todo professor é dedicado. Ora, André é professor. Logo, André é dedicado” (Fiorin, 2018, p. 18). É provável, é possível que André seja um professor dedicado, mas não é logicamente verdadeiro. Desse modo, “a admissão de certas premissas e, portanto, de determinadas conclusões depende de crenças e de valores” (Fiorin, 2018, p. 18). Em resumo, os raciocínios preferíveis são estudados pela retórica, enquanto os raciocínios necessários pertencem ao campo da lógica.

Portanto, o entimema é um silogismo truncado que se utiliza do implícito, à medida que o enunciador pode ocultar tanto a premissa maior quanto a conclusão, supondo que, mesmo não sendo enunciadas, serão deduzidas pelo ouvinte.

O exemplo, segundo Amossy (2020), é a segunda base sobre a qual a retórica aristotélica funda o *logos*. Para tanto, o filósofo baseia-se em uma analogia, utilizando um fato familiar/antigo como exemplo para justificar ou esclarecer algo novo. De acordo com a retórica aristotélica, o exemplo pode ser real, baseado em fatos passados; ou fictício, inventado pelo orador “em função das necessidades da causa” (Amossy, 2020, p. 152).

Desse modo, podemos afirmar que o *logos* está ligado ao raciocínio, à razão no discurso, ou seja, àquilo que o próprio discurso “demonstra ou parece demonstrar”, segundo Aristóteles (2011, p. 45).

Os estudos de Retórica passaram por um longo período de declínio e, somente nos anos 50, voltaram a ser motivo de interesse, principalmente devido ao Tratado da Argumentação: a nova retórica, de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca. Conforme os autores, o objeto dessa nova teoria “é o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhe apresentam ao assentimento” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 4).

Como citado anteriormente, a retórica clássica considerava três gêneros oratórios: o deliberativo, o judiciário e o epidítico. Os dois primeiros apresentavam uma força persuasiva explícita, o que não acontecia no epidítico, que se ocupava apenas “com o que é belo ou feio” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 54), ou seja, era considerado “mais um espetáculo do que uma prática oratória voltada para um fim preciso” (Amossy, 2020, p. 22). Porém, os autores da nova retórica elevam o

epidítico ao nível do judiciário e do deliberativo, considerando-o como um discurso argumentativo.

Ora, acreditamos que os discursos epidíticos constituem uma parte central da arte de persuadir, e a incompreensão manifesta a seu respeito resulta de uma concepção errônea dos efeitos da argumentação. [...] a argumentação do discurso epidítico se propõe aumentar a intensidade da adesão a certos valores, sobre os quais não pairam dúvidas quando considerados isoladamente, mas que, não obstante, poderiam não prevalecer contra outros valores que viessem a entrar em conflito com eles. O orador procura criar uma comunhão em torno de certos valores reconhecidos pelo auditório, valendo-se do conjunto de meios de que a retórica dispõe para amplificar e valorizar (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 54, 56-57).

Diante disso, percebemos que havia sido iniciada uma nova era nos estudos da argumentação, que mantinha uma forte ligação com os estudos clássicos, porém, totalmente voltada para as demandas contemporâneas. Conforme Amossy (2020, p. 11-12), “essa reorientação da antiga e da nova retóricas” permite articular análise argumentativa e análise do discurso. Essa análise argumentativa reivindica seu lugar na linguística do discurso, apresentando-se como um ramo da Análise do Discurso “na medida em que deseja esclarecer os funcionamentos discursivos, explorando uma fala situada e, pelo menos, parcialmente sujeita a coerções” (Amossy, 2020, p. 11). A autora denomina essa abordagem de Argumentação no Discurso.

Essa expressão pode evocar a abordagem relativa à argumentação na língua, referente aos estudos de Anscombre e Ducrot. Contudo, os autores diferenciam, segundo Amossy (2020, p. 12), argumentação retórica e argumentação linguística, alegando que a argumentação se situa na língua e “não subscreve às virtudes do *logos*”. De forma contrária, a análise argumentativa considera a argumentação uma dimensão constitutiva do discurso.

De acordo com Amossy (2020), não existe discurso se não houver enunciação, dialogismo, apresentação de si e argumentatividade. Desse modo, todo discurso pressupõe um ato enunciativo; mantém relação com discursos anteriores ou coexistentes; produz uma imagem do enunciador; e, de algum modo, influencia o enunciatário. Em vista disso, o estudo da argumentação se revela incorporado à AD, uma vez que os seus princípios são alimentados por teorias retóricas, pragmáticas e lógicas.

Para Amossy (2020, p. 42), há argumentação quando “uma tomada de posição, um ponto de vista, um modo de perceber o mundo se expressa sobre um fundo de posições e visões antagônicas, ou tão somente divergentes, tentando prevalecer ou fazer-se aceitar”.

Em resumo, a argumentação no discurso “é um domínio que se concentra sobre a análise do discurso em sua visada e/ou dimensão persuasiva” (Amossy, 2020, p. 40); ou seja, além de analisar textos que são explicitamente centralizados na persuasão ou no convencimento, ela também se preocupa com os textos que não manifestam essa intenção.

3.1 Dimensão argumentativa

Em todo ato de enunciação, há um enunciatório que possui a necessidade e a intenção (mesmo que implícita) de ser aceito. Segundo Fiorin (2018, p. 19), “os argumentos são os raciocínios que se destinam a persuadir, isto é, a convencer ou a comover, ambos meios igualmente válidos de levar a aceitar uma determinada tese”. Contudo, nem todos os discursos são articulados com a intenção explícita de persuadir o enunciatório sobre determinado assunto. Empregamos como exemplo um trecho da narrativa 15:

Sim, essa história foi que o Ducajito vinha da Tomázia, aí chegou lá na pedra ele viu um caixão, aí todo forrado, esse caixão, de branco, aí era um caixão pequeno. Aí que era pra gente destampar pra ver o que era que tinha dentro dele, se era dinheiro ou se era alguma pessoa que tinha dentro. Aí quando a gente chegôemo lá já num tava mais, já tinha desaparecido /.../ (Borges, 2023).

Podemos considerar que não há, na materialidade desse gênero discursivo, estratégias ou recursos capazes de indicar objetivos explícitos de persuasão ou convencimento, entretanto, é plausível afirmar que a narradora espera dos ouvintes a consideração de que a sua narrativa seja recebida como verdadeira e relevante. Dessa forma, ela irá se valer de artifícios que confirmam verdade ao seu discurso, sem solicitar do enunciatório adesão a uma tese específica.

Na dimensão argumentativa, o propósito do discurso não é persuasão ou convencimento, como acontece em um discurso com orientação argumentativa, mas esse propósito se expande de tal forma que acaba orientando os modos de ver e perceber o mundo, além de poder modificar, acrescer ou ampliar um estado de crença. De acordo com Amossy (2011),

Da conversação corrente aos textos literários, muitos são os discursos que não têm objetivo argumentativo, no sentido de que eles não veiculam nenhuma intenção de persuadir e não esperam fazer o alocutário aderir a uma posição claramente definida por estratégias programadas. Todavia, mesmo a fala que não ambiciona convencer busca ainda exercer alguma influência, orientando modos de ver e de pensar (Amossy, 2011, p. 129).

Podemos, então, como propõe Amossy (2020, p. 43), substituir a dicotomia do discurso argumentativo e do não argumentativo pela “concepção de um *continuum* que apresenta modalidades argumentativas diversas”. Em um dos extremos, encontramos o embate de teses contrárias; no outro extremo, há os discursos “cujo caráter informativo ou narrativo parece subtrair-lhes toda e qualquer veleidade persuasiva” (Amossy, 2020, p. 43). Entre esses polos, segundo a autora, situam-se os “discursos monogerenciados, que propõem levar o auditório a aderir a uma tese, as interações face a face em que os parceiros negociam um acordo” etc. (Amossy, 2020, p. 43).

Amossy (2020) reitera a diferença entre a dimensão argumentativa, que é inerente a vários discursos, e a visada/intenção argumentativa, que representa apenas alguns deles:

[...] a simples transmissão de um ponto de vista sobre as coisas, que não pretende expressamente modificar as posições do alocutário, não se confunde com uma empreitada de persuasão sustentada por uma intenção consciente e que oferece estratégias programadas para esse objetivo. Uma defesa no tribunal tem uma nítida visada argumentativa: seu objetivo principal é fazer admitir a inocência do acusado cujo advogado tem por tarefa defendê-lo, ou apresentar circunstâncias atenuantes que diminuirão sua pena. Uma descrição jornalística ou romanesca, entretanto, terá mais uma dimensão do que uma finalidade argumentativa. Ela aparece muitas vezes como uma simples tentativa de apresentar uma dimensão do real; não deseja provar, e às vezes se proíbe de fazê-lo. Contudo, não pode deixar de orientar o olhar e de conferir à paisagem ou ao personagem, que toma como tema, uma coloração e um sentido particulares (Amossy, 2020, p. 47).

Essa noção de modalidade argumentativa possibilita identificar os meios pelos quais os discursos orientam ou simplesmente redirecionam algumas opiniões. É possível encontrar a argumentação além dos textos cujo objetivo evidente é a persuasão: ela também se insere nos discursos em que há apenas o compartilhamento de um ponto de vista, os quais podem levar o enunciatário à reflexão. Considerando-se o exposto, Amossy (2020) reformula e amplia a definição

da nova retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca, conceituando a argumentação da seguinte maneira:

[...] os meios verbais que uma instância de locução utiliza para agir sobre seus alocutários, tentando fazê-los aderir a uma tese, modificar ou reforçar as representações e as opiniões que ela lhes oferece, ou simplesmente orientar suas maneiras de ver, ou de suscitar um questionamento sobre um dado problema (Amossy, 2020, p. 47).

Sendo assim, podemos afirmar que há, nos discursos, vários graus de argumentatividade. Há discursos que evidenciam seu caráter argumentativo (intenção argumentativa), em que a oposição é clara e a tentativa de validação de uma tese é o resultado esperado, e há discursos que apenas orientam, de maneira velada, o ouvinte (dimensão argumentativa).

No que se refere aos gêneros, Amossy (2020, p. 44) considera que há uma dimensão argumentativa em discursos como um artigo científico, a reportagem, a narrativa de ficção, uma carta pessoal, a conversação cotidiana etc. Podemos incluir nesse domínio as narrativas de enterro, não só respaldadas pela afirmação de que todo discurso possui certo grau de argumentatividade, mas também porque elas possuem essa dimensão argumentativa, visto que orientam o olhar do ouvinte e modificam crenças, o que será mais explorado na análise dos dados.

4 Metodologia

Os dados utilizados para o presente trabalho foram coletados por Borges (2023) e são provenientes de oito comunidades quilombolas paraenses, tituladas como Terra da Liberdade e localizadas no Baixo Tocantins. As narrativas foram registradas por meio de gravação em áudio e vídeo.

Dessa forma, selecionamos narrativas de seis comunidades: 1) Itabatinga; 2) Itapocu; 3) Laguinho; 4) Mola; 5) Taxizal; 6) Tomázia, das oito comunidades *lócus* da pesquisa de Borges (2023). Após a seleção e codificação das narrativas, os áudios foram submetidos à transcrição segundo a Análise da conversação (Marcuschi, 2001). Temos, então, o *corpus* no Quadro 1.

Quadro 1 – Corpus.

Nº da narrativa	Comunidade	Significado	Título	Data da coleta
01	Itabatinga	Protoconto	O caixão aluminado	07/2018
02	Itabatinga	Protoconto	A galinha choca	07/2018
03	Itabatinga	Protoconto	Os sete frades	07/2018
04	Itapocu	Descritiva	A luz azul do igarapé	07/2018
05	Itapocu	Descritiva	A corrente de ferro	07/2018
06	Itapocu	Protoconto	Herança da avó II	07/2018
07	Laguinho	Protoconto	A bilha	07/2018
08	Laguinho	Protoconto	O forno dobrado	07/2018
09	Mola	Protoconto	Prova de coragem	07/2018
10	Mola	Protoconto	O bacurizeiro	07/2018
11	Mola	Protoconto	A lata de dois frascos	07/2018
12	Mola	Protoconto	O fogo	07/2018
13	Taxizal	Protoconto	A ilha Passarinho	07/2018
14	Taxizal	Logro	Bico de vela	07/2018
15	Taxizal	Protoconto	O caixão forrado de branco	12/2020
16	Tomázia	Protoconto	O vendedor que ficou rico	07/2018
17	Tomázia	Descritiva	Maldição	07/2018
18	Tomázia	Protoconto	A garrafa com dinheiro	07/2018
19	Tomázia	Protoconto	Ambição	07/2018
20	Tomázia	Explicativa	O pretinho	07/2018

Fonte: Elaborado pela autora a partir do corpus de Borges (2023).

A análise dos dados consistirá em demonstrar como a argumentatividade pode estar presente nas narrativas de enterro quilombolas, revelando o seu lugar na dimensão argumentativa. Para isso, primariamente, selecionaremos alguns excertos das narrativas que compõem o corpus, as quais possam consolidar a tese proposta.

Em seguida, utilizando os trechos selecionados e buscando apoio nas bases teórico-metodológicas já citadas, buscaremos apresentar as estratégias e recursos empregados pelos contadores das narrativas de enterro quilombolas, as quais permitem que essas histórias, mesmo no âmbito do fantástico, sejam tomadas como verdadeiras pela comunidade.

5 Resultados e discussão

Neste capítulo de análise, demonstraremos como se caracteriza a dimensão argumentativa do gênero narrativa de enterro, compreendendo essa dimensão,

conforme propõe Amossy (2020, p. 273), como constituinte dos discursos nos quais a argumentação não é um propósito programado. Para tal fim, apresentaremos algumas das estratégias e recursos que o narrador mobiliza para conferir credibilidade à sua narrativa e, conseqüentemente, modificar o estado de crença do enunciatário, bem como incentivar a sua adesão a certos valores morais.

5.1 Estratégia do narrador para levar o interlocutor a acreditar no que ele enuncia sem ter de recorrer a uma argumentação lógica

O primeiro recurso utilizado pelo narrador no empreendimento de fazer com que o ouvinte receba seu discurso como verdadeiro é a construção, no nível discursivo, de uma imagem que seja útil aos seus objetivos, essa imagem é chamada de *ethos* discursivo. Ela deve manifestar a sua autoridade e competência para falar sobre o assunto que está em pauta. Porém, esse *ethos* discursivo deve levar em consideração o *ethos* prévio: a imagem preexistente que o enunciatário projeta do narrador.

A projeção de um *ethos* prévio dos narradores do gênero discursivo em análise pode ser encontrada antes da narração dos “casos”. Duas características são comuns a todos os narradores e, a partir delas, podemos começar a projetar uma imagem prévia: são moradores de comunidades remanescentes de quilombos, as quais estão localizadas no interior de uma cidade paraense. Dessa maneira, uma parte do *ethos* prévio dos narradores é constituída a partir da imagem da comunidade à qual eles pertencem.

O *ethos* prévio ou imagem prévia, segundo Amossy (2020, p. 90), “é elaborado com base no papel que o orador exerce no espaço social (suas funções institucionais, seu *status* e seu poder), mas também com base na representação coletiva ou no estereótipo que circula sobre sua pessoa”. Não temos acesso à representação ou estereótipo criado sobre a imagem dos narradores pela comunidade, porém, as informações contidas nas entrevistas parecem ser suficientes para a análise proposta, visto que os narradores, no ato enunciativo, dirigiam-se à pesquisadora.

Antes de iniciar a narração da história *A lata de dois frascos* (narrativa 11), o narrador responde à pergunta da entrevistadora:

Entrevistadora: qual é a sua profissão”

JD: a minha profissão é lavoura’ a/ vida inteira né”

/.../

Entrevistadora: a sua escolaridade é alta ou baixa”

JD: é baixa

Entrevistadora: quantos anos você tem”

JD: eu vou fazer/ sessenta e um

Entrevistadora: qual é o nome desse lugar onde você mora”

JD: MOLA (Borges, 2023).

Podemos constatar que a imagem preexistente do narrador, isto é, a imagem projetada antes de iniciar a narração, é sugerida pelas seguintes informações: trata-se de um homem de 61 anos, lavrador, de baixa escolaridade e morador de uma comunidade quilombola. Esse *ethos* prévio nos permite produzir algumas inferências: trata-se de alguém que passou a vida inteira trabalhando como lavrador e possui uma vivência com a terra; possivelmente, ele tem histórias para contar, sejam elas fantásticas ou apenas relatos cotidianos, acerca da lavoura ou da comunidade. Essas inferências podem contribuir para a credibilidade do narrador diante do seu enunciatário.

Apresentamos, a seguir, mais um trecho da entrevista, no qual o informante explica como aprendeu algumas histórias:

Entrevistadora: você costuma contar história”

JD: olhe’ de vez em quando né” antigamente eu contava BE:M história mas dipois a gente vai ficando mais velho’ e deita na rede CANSADO e:’ tem vezes que que nem consegue conversar nada boca da noite’ deita na rede’ dormi’ (+) e antigamente não’ a gente/ conversava muito’ batendo papo com os mais velho né” e muitas coisa a gente/ gente escutava do que os velho contava pra gente né” como’ inclusive a minha vó’ (+) nesse tempo eu tava com doze anos’ (+) ela tava com cento e dezesseis anos’ esse ano que ela morreu’ mas conversava MUITO ela’ (+) e muita coisa ela contava pra gente’ né” do tempo dela do tempo da mãe dela’ que a mãe dela’ a mãe da minha vó’ foi escrava’ era africana’ /.../ e ela contava muitas história pra gente do/ do que a velha mãe dela passava na vida né” /.../ (Borges, 2023).

No relato acima, é possível observar que o narrador, ao explicar por qual motivo, atualmente, conta histórias apenas de vez em quando, volta-se para um evento passado no qual era o ouvinte dessas narrativas. Ele recorda quando a sua avó contava várias histórias que, por sua vez, eram contadas pela sua bisavó, a qual esteve refugiada no quilombo. Esse retorno ao passado, como afirma Fernandes (2007), diz respeito à tentativa de construir uma identidade no presente e corrobora sua autoridade como contador de histórias.

Abaixo, temos a entrevista com a narradora da história *A luz azul do Igarapé* (narrativa 04):

Entrevistadora: qual é a sua profissão”

MA: a minha profissão agora é aqui em casa’ trabalhando aqui em casa’ trabalhando na cozinha’ porque meu filho trabalha na roça /.../ mas já trabalhei muito em roça’ MUITO MUITO MUITO /.../

Entrevistadora: a senhora chegou a estudar”

MA: eu estudei pra bem dizer (2.0) nem posso dizer como’ porque: naquela época os pais não faziam esforços de/ as/ as filhas saber’ não’ então’ ensinavam a gente buca da noite /.../ depois já de tá grande’ (++) a dionísia daí do mola veio pra casa porque papai pagou ela UM ANO SÓ’ dois semestre’ pagava por aluno’ POR MÊS’ pra ela’ daí que nós fumo/ (+) já sabendo escrever bem’ e LER bem’ /.../

Entrevistadora: quantos anos a senhora tem”

MA: oitenta e três (+) ano

/.../ (Borges, 2023).

Nesse trecho da entrevista é possível identificar dados que amparam a criação de um *ethos* prévio: trata-se de uma senhora de 83 anos, o que lhe confere uma vivência ampla na comunidade; anteriormente, ela trabalhou como lavradora, fato que é enfatizado pela narradora ao repetir a palavra “muito” quatro vezes; agora, dedica-se ao trabalho doméstico; não frequentou o ensino regular, aprendeu a ler e a escrever em casa. Esses dados reforçam a autoridade da narradora e a credenciam para contar a narrativa de enterro, haja vista que fortalecem o seu vínculo com a comunidade local. A seguir, apresentamos mais um trecho da entrevista:

Entrevistadora: a senhora costuma contar história”

MA: não’ agora eu não conto’ só/ vou contar o porquê (+) e/ se eu/

Entrevistadora: é::: como a senhora aprendeu a contar história”

MA: de criancinha

Entrevistadora: a senhora aprendeu com quem”

MA: hum ((exclamação)) agora a senhora me enrasca’ porque nós se reunia os colega nós ia contando história de onça’ de/ de coelho’ macaco que dava um truque na onça’ de/ que/ era engraçado’ criançada’ de lá a gente escutava da/ das pessoa mais velha’ porque naquela época que as pessoa MAIS velho tinham respeito quando morria um colega deles’ (+) né” (porque) agora eles inventam um jogo de baralho’ pife’ tudo pra/ PRA diz que dive/ e aquela época não’ era história pra’ (+) convidar o fulano pra vim passar à noite contar história’ e ele vinha’ jantava e contava história até de madrugada’ e a gente ia/ pegando o pedacinho’ porque nós era horrível pra escutar (+) né” parece agora que/ (entra) o barulho que hoje os menores não querem coisa que preste’ só querem coisa que não presta’ e nós escutava’ /.../ (Borges, 2023).

Mais uma vez, percebemos esse retorno ao passado, na época em que era comum a reunião de pessoas da comunidade, principalmente durante velórios, para

contar diversas histórias. A narradora apresenta um contraste entre passado/presente: o passado é lembrado como uma memória afetiva e revela costumes da época, em oposição ao presente, no qual a contação de histórias não é valorizada pelos jovens (“hoje os menores não querem coisa que preste, só querem coisa que não presta, e nós escutava”).

Essa reprovação dos costumes atuais apresentada pela narradora é justificada pela intenção de comprovar o seu “mundo” como o mais viável, “isso se dá pelo fato de o conhecimento do narrador alimentar vínculos muito fortes com a vida cotidiana” (Fernandes, 2007, p. 185). O respeito aos costumes do passado e a sua experiência conferem ainda mais autoridade e reafirmam a identidade do sujeito no discurso.

Como já mencionamos, o *ethos* discursivo pode-se apoiar no *ethos* prévio, quando este lhe é favorável. De modo contrário, quando a imagem prévia do locutor não é favorável ao objetivo persuasivo do discurso, é preciso reconstruí-la ou modificá-la. O *ethos* discursivo, como já mostramos, não se trata da fala do enunciador sobre si mesmo, mas de como ele e seu discurso fazem o enunciatário criar uma imagem. Esse *ethos* pode ser construído a partir das escolhas lexicais, da entonação, da variedade linguística escolhida, bem como da demonstração de domínio do assunto e de articulação dos argumentos. No caso das narrativas de enterro, veremos adiante que o *ethos* discursivo e o *ethos* prévio dos narradores estão imbricados e convergem para a projeção da imagem de “guardiões da memória”.

Diante do exposto, é importante notarmos as características que tornam o *ethos* do narrador desse gênero discursivo tão singular: é algo que se vincula a sua história e a sua identidade social. Encontramos, desse modo, o que Amossy (2020, p. 102) define como uma reinvenção do *ethos*:

Não é somente o sujeito cartesiano como sujeito intencional, senhor do *logos*, que tem sido recolocado em questão e desconstruído, de Freud a Derrida. É também o caráter de universalidade conferido a uma noção de Homem que, então, corresponde a uma norma particular: a do homem branco resultante da cultura ocidental. [...] Como posso assumir, por minha conta, um *ethos*, uma “personagem” que não corresponde ao meu “eu”, que deforma e nega sob a capa da universalidade o que eu sou – mulher, árabe, negro, colonizado etc.? É a partir dessa interrogação que se recoloca a questão da construção do *ethos* no discurso, não como imagem que se alimenta de modelos consensuais, mas, ao contrário, como invenção de uma imagem que se recusa às comodidades de

representações insidiosas e das normas alienantes e que se dedica à invenção de uma identidade (Amossy, 2020, p. 102).

Se, no passado, era negado à mulher e ao negro o direito à fala, o acesso ao logos e a tantos outros direitos básicos, hoje, há uma grande luta pelo direito de tomar a palavra por meio dos mais diversos discursos. Nesse viés, ao se apropriar de um gênero do discurso – as narrativas de enterro –, o narrador, com a autoridade que lhe é conferida, constrói o seu *ethos* e, conseqüentemente, sua identidade.

5.2 Estratégias do narrador para alterar o estado de crença do interlocutor

No ato discursivo, o enunciador utiliza alguns recursos com o intuito de conferir veracidade à sua fala. Para esse propósito, nas narrativas de enterro, a argumentação se constrói, principalmente, no emprego de elementos linguageiros (Amossy, 2020, p. 40): no nível das escolhas lexicais, das modalidades de enunciação, dos encadeamentos dos enunciados (conectores), das marcas do implícito etc.

Nas narrativas de enterro, esses elementos são mobilizados de acordo com o protagonista da história (o escolhido para ganhar o tesouro): se o escolhido é o próprio narrador – nesse caso, narrador-personagem –, a narração será em primeira pessoa e o próprio testemunho do narrador será seu maior argumento. Se o escolhido é um conhecido ou um parente do narrador, a narração será em terceira pessoa e os argumentos serão utilizados de outra maneira.

A seguir, apresentamos a transcrição do início da narrativa de enterro 10, intitulada *O bacurizeiro*:

olha **eu eu o que eu** (+) **vi** quando **eu** cheguei pra cá **eu sempre tive um remorso** (+) à noite' mas num: (1.21) num dava pra mim b/ beservar bem porque **eu não dava atenção** (+) quando fo:i/ uma noite' (+) vieram me falar que tinha um/ (+) dinheiro LÁ no /.../ (Borges, 2023).

Nesse excerto da narrativa, há uma repetição do pronome pessoal em primeira pessoa, ou seja, a narradora é a personagem que vivencia os fatos descritos. Quando ela enuncia “eu sempre tive um remorso”, a palavra *remorso* não está sendo empregada no sentido usual e dicionarizado: “sentimento de culpa por ter cometido falta grave ou crime; arrependimento” (Bechara, 2011, p. 1001). A narradora dá um novo sentido à palavra, isso acontece devido ao caráter polissêmico da linguagem humana (Pietroforte; Lopes, 2017). A palavra *remorso* foi utilizada no sentido de

experienciar a presença de algo sobrenatural. Examinemos, a seguir, um segmento da mesma narrativa.

OLHE eu vou lhe dizer que é feio (+) é HORRIVE' não sei meu deus' que eu posso achar dinheiro se eu for pisando' (+) olhe dá pra lá do/ do hélio inda/ (+) um/ perto já do bacurizeiro **comecei ver remorso** (Borges, 2023).

Nesse outro trecho, a mesma palavra é utilizada para nomear acontecimentos sobrenaturais, os quais fazem parte da provação que a escolhida deveria passar para alcançar o tesouro. Dessa forma, o novo sentido conferido à palavra flutua entre “sentir a presença do sobrenatural” e a própria “manifestação do sobrenatural”.

No mesmo trecho, a narradora também revela suas impressões sobre o acontecimento (“é feio”, “é horrive”), e fornece localizações geográficas (“pra lá do Hélio”, “perto já do bacurizeiro”), o que contribui para dar provas da veracidade de sua história. O desfecho da história é negativo, pois a escolhida ficou com medo e não foi até o fim para desenterrar o tesouro:

aí que **eu VI que eu não dava CONTA né**” (+) eu voltei’ (++) **CHEGUEI PERTO** (++) mas não dei conta /.../ e eu/ (+) **fiquei com ME:DO** (+) (Borges, 2023).

A narradora, como forma de afirmar que, apesar de não ter conseguido o tesouro, ele realmente existe, exprime com ênfase: “cheguei perto”. Enfatizando a última palavra, justifica: “fiquei com medo”. Outros argumentos são utilizados para tentar modificar o estado de crença do ouvinte:

POIS AQUI NESTE MOLA TI:NHA' EU NUM SEI/ (+) se ainda tem' (+)

mas o dinheiro tinha (2.18) tinha, (1.45) agora eu num sei se já tiraram' ou se inda tem (1.30) (mas,) (++) esse dinheiro **tinha'** (Borges, 2023).

No segmento, temos a confirmação explícita da narradora sobre a existência do tesouro, a letra maiúscula indica ênfase e os dois pontos, alongamento de sílaba: POIS AQUI NESTE MOLA TI:NHA. É possível perceber um reiterado confronto entre “tem” e “tinha”: o tesouro existia (“tinha”); se alguém conseguiu tirá-lo, não se sabe (“num sei se já tiraram”); se foi retirado, então o tesouro existiu; se não foi encontrado, então o tesouro ainda existe (“se ainda tem”).

O verbo “tinha”, no sentido de existir, é repetido quatro vezes, demonstrando que a narradora parece ter a necessidade de enfatizar a existência do tesouro. A repetição, como afirma Koch (1997), é uma estratégia básica de estruturação do

discurso oral e pode ser usada como recurso retórico, com a finalidade de persuadir o enunciatário. Embora a autora defenda que a repetição seja empregada como estratégia argumentativa por enunciadores que pretendem persuadir, podemos perceber, amparados pela noção de argumentação discursiva aplicada aos trechos já analisados, que discursos sem orientação argumentativa também possuem argumentatividade.

Como já mencionamos, quando a pessoa escolhida para desenterrar o tesouro é um parente ou um conhecido do narrador, os argumentos que fornecem veracidade à história são empregados de maneira diferente. O primeiro segmento a ser analisado trata-se da narrativa *Herança da avó II* (narrativa 06), na qual a narradora relata que a irmã do seu marido recebeu uma herança da avó falecida, que veio em sonho anunciar um tesouro escondido.

foi só a história que me/ meu marido contou né” da irmã dele’ porque **ela nos contou’ nos amustrou’ nós tava lá’** (0.54) **e aconteceu’** (Borges, 2023).

No trecho a seguir, a narradora enuncia que a história a ser contada ocorreu com a irmã do seu marido e, para se colocar como testemunha desse fato, ela repete o pronome em primeira pessoa do plural: “ela **nos** contou”, “**nos** amustrou” “**nós** tava lá”. Para reiterar a veracidade dos fatos, a narradora afirma: “e aconteceu”. Analisemos o próximo excerto:

a **gente** sabe que foi **VERDADE** porque ela amustrou pra **gente’** a **gente** tava lá na casa dela (2.09) /.../ só isso que eu sei que que **FOI VERDADE** porque eu/ a **gente viu** (Borges, 2023).

No excerto supracitado, além da repetição do termo “gente”, como equivalente semântico de “nós”, a narradora também emprega a palavra “verdade” duas vezes, como confirmação do acontecimento, seguida do conector “porque”, que traz a explicação: é verdade porque ela e o marido viram o tesouro mostrado pela irmã dele.

O próximo trecho foi retirado da narrativa intitulada *O forno dobrado* (narrativa 08), na qual a narradora enuncia a história ocorrida com sua irmã:

tá’ eu vou contar um caso’ (1.34) mas ESSE CASO (+) **foi acontecido mesmo’ que aconteceu’ com a minha irmã** (+) (Borges, 2023).

Nesse segmento, antes de iniciar a narrativa propriamente dita, a narradora anuncia que vai contar um caso, seguido do conectivo “mas”, que precede a afirmação “foi acontecido mesmo”. A narradora se antecede a qualquer julgamento

que possa pôr em dúvida a sua história, parece dizer de forma implícita: “apesar do caráter sobrenatural do acontecimento que irei narrar, ele é um fato, pois aconteceu com a minha irmã, alguém que goza da minha confiança”. Ao final da narrativa, ela declara:

TÃO VIVO tudo eles dois' moram tudo eles dois no juaba (1.23) e aí no puxa rédia **diz que tem'** (++) eu que ainda não vi **e não quero** ((ri)) (Borges, 2023).

Para reafirmar a veracidade da história contada, a narradora revela que sua irmã e o marido estão vivos e informa onde residem (“moram tudo eles dois no juaba”). A narradora fornece essas informações no intuito de tornar sua narrativa uma verdade incontestável.

Ao informar a localização geográfica de onde se pressupõe que o tesouro está enterrado (“aí no puxa rédia”), a narradora também sustenta a veracidade da história. Quando declara: “eu que ainda não vi”, não está negando a existência do tesouro, isso se confirma quando ela conclui: “e não quero”.

Por fim, percebemos o emprego da expressão “diz que”, a qual, segundo Fernandes (2007, p. 190) “pressupõe uma apropriação da experiência alheia ou, pelo menos, ela atende certas expectativas como se fosse um argumento, justificando atitudes e instituindo regras de convivência”.

A seguir, apresentaremos um trecho da fala do narrador após contar a história d’Os sete frades (narrativa 03):

a do eimael foi uma pessoa **mermo** que veio falar e já tinha morrido **mermo**” falou com ele’ **dizendo ele**’ (Borges, 2023).

Novamente, percebemos o uso repetido de palavras para reiterar a verdade do acontecimento narrado. Quando o narrador emprega a palavra “mermo”, faz isso no sentido de “realmente/de verdade”: realmente uma pessoa veio falar com o escolhido, essa pessoa estava morta de verdade. Logo após, declara: “dizendo ele”, que possui o mesmo sentido da expressão “diz que”, mencionada anteriormente. Ao final, o narrador afirma:

agora fatos assim que ele CONSTE que a pessoa ENCONTRO::U com dinheiro **esse tem’ tem vários’ muito’** eu que nunca encontrei **que se encontrar vou tirar** (Borges, 2023).

A repetição foi mais uma vez utilizada com o intuito de reforçar um fato, nesse caso, de que as pessoas encontraram dinheiro. O narrador começa apenas com “tem”, no sentido de que existem histórias nas quais alguém encontra o dinheiro. Depois acrescenta “tem vários”, ou seja, há várias histórias desse tipo, por fim, conclui, para reafirmar e enfatizar: “muito”. Da mesma maneira que a narradora supracitada, ele diz que nunca encontrou o enterro, porém, de forma contrária, ele parece querer encontrá-lo: “se encontrar vou tirar”.

Para finalizar a análise das estratégias utilizadas pelos narradores a fim de alterar o estado de crença do ouvinte, fazendo com que ele confie que sua história é verdadeira, exporemos, a seguir, o início da narrativa 12, O fogo:

a história que eu tenho pra contar pra vocês’ do que **a minha vó (+)** contava pra nós né” (1.39) **e/ ela era uma pessoa antigo aqui e VIU MUI::TAS coisas mermo** (Borges, 2023).

O argumento da narradora é baseado na opinião comum, ou *doxa*, de que as pessoas mais velhas, por conta das suas experiências, possuem sabedoria e autoridade para falar sobre determinados assuntos, e suas opiniões devem ser tomadas como verdades (“ela era uma pessoa antigo aqui”). No trecho seguinte, a narradora se utiliza do mesmo argumento:

aí MU:ITAS pessoas (+) que **JÁ ERA ATÉ mais velho do que a vovó (++)** como a velha doca que morava BEM aqui em frente’ (+) **ELA falu pra vovó’ que era dinheiro que tinha lá** (Borges, 2023).

Quando a narradora declara que pessoas “até” mais velhas que a avó dela afirmaram que o fato de enxergar o fogo tratava-se de enterro, ela relaciona o fator idade com autoridade e conhecimento.

Desse modo, quando o narrador conta uma história que foi vivida por outra pessoa, “incorpora o que é alheio e, com isso, alimenta, transforma e faz circular as histórias da comunidade narrativa. A voz do narrador, nesse sentido, terá como meio as reverberações subjetivas e, como fim, espelhar as tensões coletivas” (Fernandes, 2007, p. 315).

Diante do exposto, podemos afirmar que, mesmo quando o narrador anuncia uma história da qual não é o protagonista, ou seja, cujos acontecimentos não vivenciou, ele se apropria do testemunho do outro, atualiza e enuncia, colocando, no ato narrativo, também as suas vivências, as suas interpretações e os seus valores.

Segundo Benjamin (1987, p. 201), “o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes”.

Isso reforça a tese de que as narrativas de enterro possuem uma dimensão argumentativa, à medida que, não persuadindo o ouvinte de maneira direta, podem modificar os olhares e opiniões sobre os acontecimentos, levando-os a crer nessa ligação do mundo mítico/fantástico com o real.

6 Considerações finais

Ao final deste trabalho, pudemos demonstrar que a narrativa de enterro possui uma dimensão argumentativa, visto que pode orientar olhares e reflexões acerca de acontecimentos, de valores morais e crenças compartilhadas entre a comunidade. Para demonstrar como essa dimensão argumentativa constitui esse gênero discursivo, investigamos quais estratégias e recursos os narradores utilizavam, de forma deliberada ou não, para construir uma imagem de autoridade e para tentar fazer o ouvinte acreditar nas histórias. A fim de identificar e descrever esses recursos, baseamo-nos na abordagem da Argumentação no Discurso (Amossy, 2020).

Identificamos que o *ethos* discursivo está ligado ao *ethos* prévio do narrador, reforçando a sua autoridade para contar histórias e o instituindo como “guardião da memória” local. Ao demonstrar uma vivência com a comunidade e com a terra em que trabalha, ao se apropriar do discurso, demonstrando conhecimento e experiência, o narrador constrói seu *ethos* e reafirma sua identidade.

Na tentativa de fazer o ouvinte crer que sua história é verdadeira, o narrador mobiliza recursos verbais, tais como escolhas lexicais, conectores, repetições etc. Esses recursos são adaptados a depender do papel do narrador na história.

Além disso, a narrativa de enterro quilombola se mostrou como um meio de conservar as memórias coletivas da comunidade, de reafirmar sua identidade e de reforçar o sonho de mudança de vida, de ascensão social. Dessa forma, o emprego das lendas, dos mitos e das alegorias faz-se ainda mais necessário dentro de uma comunidade que provém de um capítulo condenável da humanidade, a escravidão.

Por fim, este estudo não pretende ser algo acabado, visto que há outros diversos aspectos, discursivos ou não, que podem ser investigados com base nesse gênero discursivo. Pretendemos, por meio do material aqui apresentado, colaborar

para a preservação dessas narrativas e da memória oral, que se veem ameaçadas, conforme o relato de alguns informantes. Portanto, esperamos que o estudo aqui realizado impulse e estimule outros pesquisadores a se debruçarem sobre o tema.

Referências

- AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. Tradução de Angela M. S. Corrêa et al. São Paulo: Contexto, 2020.
- AMOSSY, Ruth. Argumentação e Análise do discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução de Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, n. 1, p. 129-144, nov. 2011. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/389>
- AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírío Possenti. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/389>
- AMOSSY, Ruth.; ZAVAGLIA, Adriana. O lugar da argumentação na Análise do discurso: abordagens e desafios contemporâneos. **Filologia e Linguística Portuguesa**, n. 9, p. 121-146, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59776>
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011.
- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 197-221.
- BORGES, Benedita do Socorro Pinto; CRUZ, Regina Célia Fernandes; PAIXÃO, Thaynara Thais Ferreira; FONTEL, Emanuel da Silva. Aspectos estruturais da narrativa de enterro. **Web Revista Sociodialeto**, v. 10, n. 30, p. 115 - 138, jul. 2020. ISSN 2178-1486. Disponível em: <http://sociodialeto.com.br/index.php/sociodialeto/article/view/278>
- BORGES, Benedita do Socorro Pinto. **Vai tirar um dinheiro que é teu**: caracterização prosódica e multimodal das narrativas de enterro. Tese (Doutorado em Letras) – UFPA/ILC/PPGL, Belém, 2022.
- BRETON, Philippe; GAUTHIER, Gilles. **História das teorias da argumentação**. Tradução de Maria Carvalho. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2001. p. 11-89.
- FERNANDES, Frederico Augusto Garcia. **A voz e o sentido**: poesia oral em sincronia. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2018.
- FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à linguística II**: princípios de análise. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 111-213.

KOCH, Ingedore Villaça. A construção do sentido no texto falado. *In: O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da conversação**. São Paulo: Ática, 2001.

PAIXÃO, Thaynara Thais Ferreira; BORGES, Benedita do Socorro Pinto; CRUZ, Regina Célia Fernandes. A estrutura formal das narrativas de enterro das comunidades quilombolas de Cametá. *In: VIII Seminário de Geossociolinguística (SEGEL)*, 2020, Belém. Desafios para os estudos Geossociolinguísticos: diversidade e respeito às identidades. Belém:

UFPA/Faculdade de Letras, 2019. v. 8. p. 40-56. Disponível em:

https://geolinterm.com.br/segel/?page_id=2471

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PIETROFORTE, Antonio Vicente Seraphin; LOPES, Ivã Carlos. A Semântica Lexical. *In: FIORIN, José Luiz (Org.). Introdução à Linguística II: Princípios de Análise*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 111-135.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Escravidão, Fuga e a Memória de Quilombos na Região do Tocantins. **Projeto História Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, PUC/São Paulo (PUCSP), v. 22, p. 333-342, 2001.

PLANTIN, Christian. **A argumentação**: história, teorias, perspectivas. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.